

“Médica” não tem segundo grau

Goiânia — Ela não é médica, estudou só até a oitava série e agora, munida de instrumentos, examina uma paciente grávida que deverá ter seu bebê até o final deste mês, na periferia de Iporá, a 216 km desta capital, região conhecida como mato-grosso goiano. Não se trata de nenhuma curiosa, charlatã e nem de exercício ilegal da medicina, como poderia se supor. Ela é Maura Dias Oliveira Ferreira, uma das 100 agentes de saúde especialmente treinadas pela Secretaria de Saúde de Goiás e pelo Suds (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde) para o atendimento em comunidades carentes.

Maura tem 24 anos, casada com um marceneiro, dois garotinhos loiros e mora numa casa humilde de Cascalleira, bairro periférico de Iporá. A paciente é Aparecida Maria de Fátima, igualmente moradora de uma vila pobre. É quinta-feira e o agente de saúde, vestindo um jaleco branco, leva a tiracolo

uma maleta de madeira e é acompanhada pelas enfermeiras Adriana Maria de Oliveira e Marisa Aparecida de Souza.

Com algum nervosismo, Maura começa a examinar dona Aparecida, tomando-lhe a pressão arterial, ausculta o feto, mede o volume da barriga, faz perguntas, anota as respostas num caderno e instrui a paciente. Depois examina um dos filhos da dona da casa e antes de sair ensina dona Maria a preparar o soro caseiro, a combater diarreias e a melhorar as condições de higiene domiciliar, dos objetos e no manuseio dos alimentos. As enfermeiras fazem uma avaliação do desempenho de Maura e concluem que ela se saiu bem, atribuindo pequenas falhas ao natural nervosismo da primeira visita clínica — coisa que se corrigirá com a prática mais acentuada. O treinamento dela e 19 outras colegas de Iporá durou três meses e foi coordenado por um médico, duas en-

fermeiras e duas assistentes sociais.

As agentes de saúde de Iporá, como todas as demais já em atividade neste Estado, são pessoas provenientes ou moradoras da zona rural, passaram por testes de aptidão e seleção antes do treinamento e, o que é mais importante, foram eleitas pela comunidade a que vão servir. Recebem do governo do estado um salário mínimo e meio para atender, em média, quatro residências por dia, sem prejuízo de suas atividades profissionais — além das emergências de saúde, providenciando a remoção dos pacientes ao posto ou hospital mais próximo, quando necessário. Atendem à população carente da periferia de Goiânia, em dois bairros distantes e populosos, o Finsocial e o Parque Anhangüera II, além das cidades de Piranhas, Iporá, São Luiz dos Montes Belos, Firminópolis, Córrego do Ouro, Jaupaci, Arenópolis, Fazenda Nova e Ivollândia, no interior do Estado.